

MODIFICAÇÕES NA ESTRUTURA DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS: Análise diferencial-estrutural para o período de 1997 a 2009

Suzana Quinet de Andrade Bastos¹
Jéssica Eluar Gomes²

RESUMO

O objetivo do trabalho é analisar as mudanças ocorridas nas exportações brasileiras entre os anos de 1997 e 2009, verificando tais alterações em termo de fluxo das exportações e composição da pauta exportada. São consideradas questões como a importância da China nas exportações brasileiras, bem como a possível reprimarização da pauta de exportações. Utiliza-se o método *Shift-Share* dividido em duas etapas: uma que permite identificar a importância relativa das mudanças nos preços e quantidades das exportações brasileiras e outra em que se analisam as modificações nas parcelas de mercado ocupadas pelos produtos brasileiros nas importações dos demais países. As principais conclusões são: i) o aumento dos preços teve um impacto positivo na elevação do volume exportado, muito provavelmente pela colaboração das *commodities*, porém o efeito quantidade foi mais importante; ii) confirma-se a ascensão da China como principal mercado de absorção dos produtos brasileiros, havendo um ganho de competitividade mais significativo entre produtos básicos, tais como minérios e grãos, produtos de baixo valor agregado, o que pode gerar déficits na balança comercial do Brasil em relação à China e prejudicar a indústria brasileira e iii) para os outros países, os produtos brasileiros têm perdido competitividade, inclusive para a Argentina.

Palavras-chave: exportações, shift-share, reprimarização

ABSTRACT

This work aims to discuss the changes in Brazilian exports between 1997 and 2009, analyzing such changes in terms of exports flow and composition. Are considered such issues as the increase of China's importance in Brazilian exports, as well as the possibility of the occurrence of the reprimarization of the exports. A Shift-Share model is used, which is shared into two stages: one that identifies the relative importance of changes in prices and quantities of Brazilian exports and another one which allow a discussion about the changes in Brazilian product market shares in the imports of other countries. The main conclusions are: i) the price increase had a positive impact in raising the volume exported, likely through the collaboration of commodities, but the quantity effect was much more important; ii) it confirms the rise of China as the main market purchaser of Brazilian products, with a gain of competitiveness among the most significant commodities such as ores and grains, products with low added value, what can generate trade deficits of Brazil commerce towards China and undermining the Brazilian industry and iii) when compared with other countries, Brazilian products have lost competitiveness, including Argentina.

Keywords: exports, shift-share, reprimarization

¹ Professora da Pós-Graduação em Economia Aplicada (UFJF) e pesquisadora CNPq.

² Bolsista de iniciação científica da Faculdade de Economia (UFJF).

1. INTRODUÇÃO

Tomando-se como referência as exportações, o comércio exterior brasileiro apresentou alterações significativas ao longo dos últimos anos, podendo-se apontar a presença de padrões de especialização distintos.

Nas décadas de 1980 e 1990, foi percebido no Brasil um movimento de aumento das exportações de bens manufaturados e semimanufaturados e queda da participação de produtos básicos no comércio externo. Nos anos de 1980, em média 64% das exportações brasileiras eram compostas por produtos manufaturados e semimanufaturados, sendo que na década de 1990 este percentual atinge 73% (MDIC/SECEX, 2010).

Segundo Gonçalves *et al.* (1998), nos anos 1980, a crise da dívida externa elevou os coeficientes de exportação da indústria e da economia como um todo, enquanto as importações foram mantidas em baixos patamares. Na primeira metade da década de 1990, por sua vez, houve significativo aumento das importações, a partir da abertura comercial e, particularmente, do Plano Real, após o qual as importações cresceram 142% em 1995 em relação a 1990, o que provocou um déficit da balança comercial mantido até 2000.

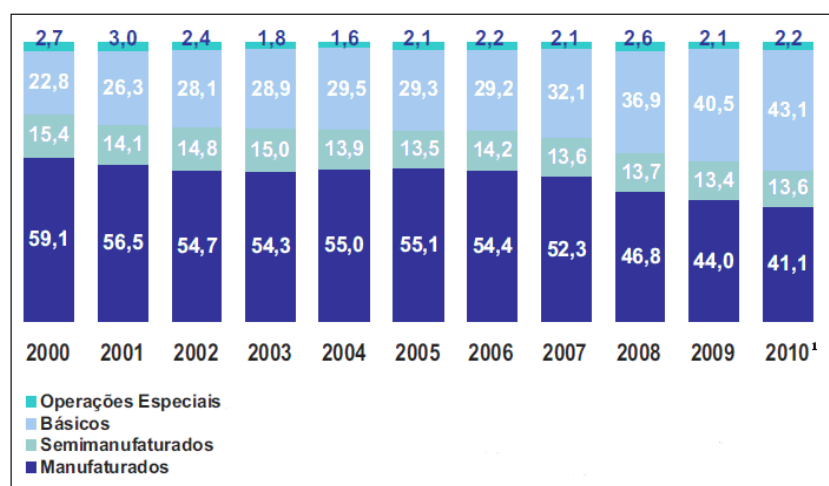
O crescimento contínuo da representatividade das manufaturas no total exportado até 1993, quando atinge seu ápice, pode ser atribuído principalmente à formação do Mercosul, pois, nesse período, ocorreram as maiores liberações tarifárias e não tarifárias dentro do bloco, elevando-se as vendas para a região. No período de 1994 a 1997, com a política de valorização cambial, o percentual de participação dos manufaturados reduziu-se. Mas, em 1998, com a queda das exportações de produtos básicos devido à crise asiática, os manufaturados acabaram ganhando mais espaço dentre os produtos exportados pelo Brasil (BELLO, 2004).

A partir de 1999, apesar da maior abertura comercial e da desvalorização cambial, a exportações não reagiram e, neste ano, a participação brasileira nas exportações mundiais atingiu o nível mais baixo nos 10 anos anteriores (0,86%) (MDIC/SECEX, 2010). A lenta reação das exportações brasileiras após a desvalorização do real deveu-se, basicamente, ao comportamento dos preços externos, ainda afetados pelas crises da Ásia e da Rússia e, apesar do câmbio favorável, o preço das *commodities* caiu após o colapso asiático. Os efeitos da desvalorização foram gradativos, provocando certo equilíbrio entre exportações e importações até 2002, quando a balança comercial passou a apresentar expressivos superávits.

Durante o período de 2000-2010, conforme Gráfico 1, as exportações sofreram nova mudança em sua composição. Os produtos básicos, que constituíam 22,8% da pauta de

exportações em 2000, corresponderam a 43,1 % em 2010. Considerando-se produtos básicos os produtos intensivos em mão-de-obra, em geral, cuja cadeia produtiva é simples e que sofrem relativamente poucas transformações, a exemplo de minério de ferro, farelo de soja, soja em grão, café em grão, petróleo bruto, carne de frango, açúcar, carne bovina, entre outros.

GRÁFICO 1 – Exportações brasileiras por fator agregado 2000-2010 (valores %)



¹ 1º semestre 2010

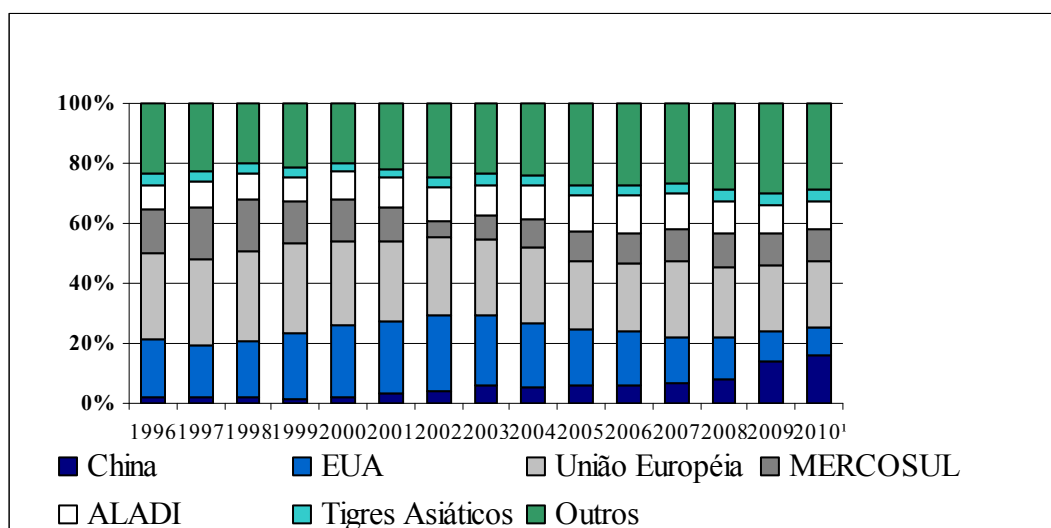
FONTE: MDIC/SECEX (2010).

Os produtos manufaturados, ou seja, os que apresentam maior tecnologia em seu processo de fabricação, sendo caracterizados por alto valor agregado (automobilístico, suco de laranja, motores de pistão, bombas e compressores, pneumáticos, café solúvel, papel, motores e geradores, açúcar refinado, cigarros, móveis, produtos químicos, laminados planos de ferro e aço, têxteis e calçados, entre outros), caíram de 59,1% para 41,1% no mesmo período. Já os semimanufaturados, que são aqueles que passam por algum tipo de transformação (celulose, produtos de ferro e aço, alumínio bruto, açúcar cristal, óleo de soja bruto, couros e peles, ferro gusa, ferro ligas, ouro para uso não monetário, ligas de alumínio, por exemplo), decresceram de 15,4 % em 2000 para 13,6% em 2010 (SECEX/MDIC, 2010).

O direcionamento do comércio exterior brasileiro também vem se modificando, como observado no Gráfico 2. Nota-se que, a despeito das mudanças no foco geográfico do padrão de especialização, os fluxos de comércio se distribuem entre as várias macro-regiões do mundo. No tocante a cada uma das regiões ou blocos econômicos, a União Européia,

mantém-se como o maior parceiro comercial do Brasil. Em relação aos parceiros desagregados por países, os Estados Unidos têm perdido espaço na destinação das exportações, enquanto a China demonstra forte expansão, firmando-se como o principal comprador dos produtos brasileiros.

GRÁFICO 2 – Principais parceiros comerciais do Brasil - 1996-2010



FONTE: Elaboração dos Autores com base em MDIC/SECEX (2010).

¹ 1º semestre de 2010

O crescimento da China como maior parceiro comercial do Brasil se relaciona com a diminuição do comércio brasileiro de manufaturados e a baixa diversificação da pauta de exportações brasileira, face à dificuldade do Brasil competir com a China, visto ser este um dos poucos países que conseguiu uma inserção ativa no processo produtivo de manufaturas à nível mundial (COUTINHO; HIRATUKA; LAPLANE, 2003).

As alterações ocorridas na estrutura da pauta de exportações brasileiras demonstram estar ocorrendo uma mudança na inserção do Brasil no mercado internacional, consolidando-se como produtor de *commodities*. Embora a expansão do peso das *commodities* nas exportações reflita a alta de seus preços no mercado internacional, que tem como principal origem, o aumento da demanda chinesa nos últimos anos, a inversão da posição do Brasil observada nas últimas décadas torna premente uma discussão acerca da “reprimarização” da pauta de exportações brasileira (PRATES, 2007)

Num contexto de modificações na composição e na direção das exportações brasileiras, dentre as quais a redução da venda de produtos manufaturados e a ascensão da China ao posto

de principal mercado consumidor dos produtos brasileiros, se torna fundamental verificar as principais alterações ocorridas na estrutura das exportações do Brasil em termos de composição da pauta e fluxos de comércio dos produtos.

Para a consecução deste objetivo utiliza-se o método *Shift-Share* ou Diferencial Estrutural aplicado aos dados das exportações brasileiras de 1997 a 2009, dividido em duas etapas: na primeira, o objetivo é identificar a importância relativa das mudanças nos preços e quantidades das exportações brasileiras e na segunda, analisar as modificações nas parcelas de mercado ocupadas pelos produtos brasileiros nas importações dos demais países.

Espera-se com esta análise pontual do comércio exterior, contribuir para a literatura econômica, e auxiliar na tomada de decisões referente à definição de políticas de comércio exterior.

O trabalho se divide em cinco partes, sendo a primeira esta introdução. Na segunda são apresentadas as modificações recentes no comércio mundial e os reflexos destas para o Brasil. Na terceira parte descreve-se a metodologia e os dados utilizados para a geração dos resultados, analisados na quarta parte e, por último, são feitas as considerações finais.

2. MODIFICAÇÕES NO COMÉRCIO MUNDIAL E REFLEXOS NO BRASIL

Segundo Tavares e Belluzzo (2005), no século XX a expansão mundial do capitalismo sob a hegemonia americana modificou a divisão internacional do trabalho e a relação centro-periferia. A natureza e a dimensão do novo centro foram diferentes, não correspondendo à divisão clássica entre um centro produtor de manufaturas e uma periferia produtora e fornecedora de matérias-primas. A expansão norte-americana não se deu apenas pelo comércio, mas também pela internacionalização de sua economia, havendo expansão do Investimento Externo Direto (IED), com incentivo à produção chinesa e apoio financeiro para países da América Latina como Brasil e Argentina. Esta trajetória moldou a China como novo lócus de produção mundial.

Para Castro (2008), tal como a mudança de centro de gravitação da Inglaterra para os Estados Unidos, que alterou as oportunidades da América Latina, tendência diagnosticada então pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a nova economia "sino-cêntrica" tende a gerar efeitos de dimensão semelhante.

Segundo Prebisch (1951), em momentos de recessão mundial os preços das *commodities* tendem a cair frente aos preços dos manufaturados. No entanto o cenário mundial apresenta

hoje uma perspectiva diferente. A ascensão da China tem feito com que os preços dos produtos manufaturados declinem pela produção em larga escala a custos reduzidos, enquanto a tendência dos preços das *commodities* é ascendente, uma vez que a demanda chinesa fortalece o mercado (CARVALHO; TEPASSÊ, 2009).

O aumento do preço das *commodities* no mercado externo, embora eleve o valor total exportado, pode ser prejudicial às exportações brasileiras como um todo por promover apreciação do real. A apreciação, ao reduzir a competitividade dos produtos industrializados, colabora para a reprimarização da pauta de exportações brasileira, com especialização nos produtos primários ou industrializados intensivos em recursos naturais (BRESSER-PEREIRA, 2006).

2.1. O fenômeno da reprimarização

Falar em “reprimarização” da pauta de exportações do Brasil³ não significa, necessariamente, que a venda de bens industrializados diminuiu, e sim que ela aumentou em ritmo inferior à de produtos básicos, como minério de ferro, soja e petróleo.

Não há um consenso na literatura sobre a ocorrência de um processo de reprimarização da pauta de exportações brasileira nos anos recentes, podendo-se encontrar autores que colaboram no debate suscitado na primeira metade da década de 2000, período em que a taxa de câmbio brasileira iniciou uma trajetória de apreciação. Entre os autores que identificam a presença da “doença holandesa”⁴ no Brasil, Bresser Pereira (2006) diagnostica-a com base na perda de competitividade da indústria brasileira e na maior alocação de recursos para os setores intensivos em recursos naturais. Além desse autor, encontram-se: Gonçalves (2003), Palma (2005) e Sampaio e Pereira (2009).

Segundo Gonçalves (2003) a reprimarização da pauta de exportações é resultado da perda de competitividade internacional da produção brasileira, tendendo a haver uma

³ Não há um padrão entre os autores sobre a utilização dos termos “desindustrialização” ou “reprimarização”, porém neste texto utiliza-se reprimarização para tratar da perda de participação dos produtos industrializados na pauta de exportações. O termo desindustrialização, em geral, refere-se a um declínio persistente na participação da produção industrial no PIB e/ou dos empregos industriais no total de empregos da economia. Em outras palavras, à perda relativa de dinamismo da indústria na geração de renda e emprego na economia.

⁴ A dutch disease ocorre quando a descoberta de um recurso natural, abundante e valorizado, eleva substancialmente as exportações e o afluxo de divisas gera uma apreciação da taxa cambial, que por sua vez ocasiona uma perda de competitividade das demais exportações e da produção para o mercado interno (em comparação às importações concorrentes). O fenômeno recebeu essa designação em referência ao aumento das exportações de gás pela Holanda nos anos de 1960 e pode ser identificado em outros locais e períodos (FURTADO, 2008).

manutenção das vantagens comparativas já conquistadas, isto é, dos produtos primários. Além disso, a reprimarização “expressa a mudança da estrutura de exportações com a maior participação relativa dos produtos agrícolas e menor participação dos manufaturados.” (GONÇALVES, 2003, p. 93).

Palma (2005) argumenta que a “doença holandesa” pode ser observada em alguns países latino-americanos devido, principalmente, a mudanças de política econômica. A combinação de medidas liberalizantes (financeiras e comerciais) com as alterações nos preços relativos, em decorrência do fortalecimento da economia mundial, gerando apreciação cambial, leva esses países de volta a sua posição ricardiana natural, ou seja, com a pauta de exportações mais concentrada em produtos primários e industrializados intensivos em recursos naturais.

Para Sampaio e Pereira (2009) os fatores geradores da reprimarização da pauta de exportações brasileira, como valorização da taxa de câmbio e elevação do comércio de produtos básicos em relação aos manufaturados e semimanufaturados, estariam relacionados com a maior demanda mundial de *commodities* e não com mudanças de cunho estrutural interno no país. Muito embora estas mudanças estruturais internas não devam ser ignoradas, como exemplo a adoção de um regime de flutuação cambial após o Plano Real, o que colaborou para a estabilização dos preços e gerou como ônus a taxa de juros valorizada. Os autores sugerem como medidas de neutralização dos efeitos da “doença holandesa” a manutenção de uma baixa taxa de juros, o controle de capitais e a administração da taxa de câmbio.

Em oposição aos argumentos em defesa da “doença holandesa”, destacam-se os trabalhos de Nakahodo e Jank (2006), Nassif (2008) e Souza (2009), para os quais não há evidências da reprimarização brasileira dos últimos anos, uma vez que alguns setores da indústria mantêm participação constante ou crescente na pauta de exportações e no PIB, tendo suas produtividades majoradas, além disso, não se pode dizer que tem acontecido uma especialização nos produtos intensivos em recursos naturais e trabalho.

Nakahodo e Jank (2006), examinando a evolução e a estrutura da pauta de exportações brasileira, admitem que, apesar do aumento das *commodities* no fluxo exportador, deve ser abandonada a idéia simplista de que produzir *commodities*, tal como é feito atualmente, não constitui uma atividade industrial. E isto porque, por trás das *commodities*⁵, há toda uma rede

⁵ Para Nakahodo e Jank (2006, p.4) a dificuldade em classificar as *commodities* e analisar sua participação no total da produção se deve a que “diversos tipos de produtos semiprocessados e processados, que têm origem na agropecuária ou nas atividades de mineração, são também classificados na categoria de *commodities*”.

de indústrias de insumos, de máquinas e de processamento de produtos, além do uso de inúmeros serviços de suporte.

Não se pode dizer, segundo Nassif (2008), que houve uma realocação generalizada de fatores produtivos para os segmentos que constituem o grupo de indústrias com tecnologias baseadas em recursos naturais, não se configurando um retorno a um padrão de especialização exportadora em produtos intensivos em recursos naturais ou em trabalho. Isto porque a participação conjunta dos produtos primários, dos manufaturados intensivos em recursos naturais e dos manufaturados de baixa tecnologia sofreu um decréscimo de 72% para 67% entre 1989 e 2005. De qualquer forma, o autor alerta para os riscos no longo prazo inerentes à tendência de sobrevalorização da moeda brasileira, com relação à perda de competitividade industrial, levando a um quadro de reprimarização no Brasil, colocando em pauta inclusive os efeitos negativos da concorrência com a China.

Para Souza (2009) não há evidências para a ocorrência da “doença holandesa” no Brasil de 1999 a 2008. Apesar da influência do aumento dos preços de *commodities* sobre a taxa efetiva de câmbio, não houve efeitos sobre a taxa de exportações de bens manufaturados, havendo inclusive aumento deste comércio no período.

3. METODOLOGIA E BASE DE DADOS

3.1. Base de Dados

As informações anuais dos valores de importação e exportação foram obtidas das bases de dados UN COMTRADE (2011) e ALICE WEB (MDIC/SECEX, 2011), respectivamente, abrangendo o período de 1997 a 2009. Para minimizar as variações decorrentes de acontecimentos exógenos sobre a produção e sua comercialização, o modelo *Shift-Share* foi aplicado sobre as médias de dois triênios, de 1997 a 1999 e de 2007 a 2009.

Os produtos foram selecionados a partir do nível de desagregação a 6 dígitos do NCM (Nomenclatura Comum do MERCOSUL), sendo posteriormente localizados através de seus códigos no *Harmonised System (HS) Nomenclature*⁶, para obtenção dos dados internacionais. Foram considerados os 20 produtos com maior peso no total das exportações brasileiras em 2009. Estes correspondem a 90,68% da quantidade total exportada e os cinco maiores

⁶ O *HS Nomenclatur* inclui cerca de 5.000 produtos identificados por um código de 6 dígitos (WCO, 2010).

compradores (parceiros comerciais) dos produtos brasileiros no mesmo ano, cuja participação corresponde a 41,1% do total exportado⁷. A análise dos 20 principais produtos exportados para os cinco principais parceiros comerciais (China, EUA, Alemanha, Países Baixos⁸ e Argentina) constitui, assim, os 100 mercados individuais⁹, que, no seu conjunto, representam 52,15% do total de exportações brasileiras do ano de 2009, como visto na Tabela 1.

TABELA 1 – Exportações Brasileiras - 100 mercados individuais em % do total exportado/ 2009

Produto	China	EUA	Alemanha	Países Baixos	Argentina	Total
Minérios de ferro	36,47	0,12	2,37	0,78	0,71	40,45
Soja	3,50	0,00	0,25	0,52	0,00	4,27
Óleos brutos de petróleo	0,84	1,55	0,06	0,17	0,00	2,63
Açúcar de cana	0,06	0,04	0,00	0,00	0,00	0,10
Farelos e resíduos da extração de óleo de soja	0,00	0,00	0,25	0,56	0,00	0,82
Pastas químicas de madeira	0,61	0,31	0,05	0,26	0,01	1,24
Milho em grãos	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00	0,02
Óleos não brutos de petróleo ou minerais betuminosos	0,00	0,09	0,00	0,19	0,12	0,40
Açúcar refinado	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,01
Óxidos e hidróxidos de alumínio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Semimanufaturados de ferros e aços	0,17	0,08	0,00	0,00	0,02	0,27
Carne de frango	0,01	0,00	0,00	0,02	0,00	0,02
Ferro fundido bruto e ferro spiegel	0,26	0,28	0,00	0,02	0,00	0,57
Minérios de alumínio	0,00	0,36	0,00	0,00	0,01	0,37
Álcool etílico	0,00	0,05	0,00	0,12	0,00	0,17
Laminados planos de ferros ou aços	0,03	0,05	0,01	0,00	0,04	0,13
Caulim e outras argilas caulínicas	0,02	0,09	0,00	0,00	0,00	0,10
Cafê cru em grão	0,00	0,07	0,08	0,01	0,01	0,16
Minérios de manganês e seus concentrados	0,24	0,00	0,00	0,00	0,01	0,25
Suco de laranja não congelado	0,00	0,07	0,00	0,10	0,00	0,17
Total	42,21	3,17	3,09	2,76	0,92	52,15

Fonte: MDIC (2011) e UN COMTRADE (2011).

3.2- Método shift-share

O método *Shift-Share* (ou diferencial-estrutural) tem sido utilizado para análises empíricas do comércio internacional, permitindo conclusões acerca da estrutura e dinâmica dos mercados, sendo feitas decomposições das taxas de crescimento das exportações em

⁷ O corte da análise no quinto país se justifica pelo fato de que, a partir deste, as participações dos demais países são muito pouco significativas e grande parte dos dados não está disponível.

⁸ Os Países Baixos são mais comumente conhecidos como Holanda.

⁹ Mercado individual refere-se a cada mercado ij, medido como as exportações para o país j do produto i.

diversos fatores explicativos de seu desempenho. O estudo da decomposição das taxas de crescimento permite analisar a competitividade de determinado país a partir de suas exportações em comparação com seus parceiros comerciais (CANUTO; XAVIER, 1999).

A aplicação do método ocorre em duas etapas: a primeira (3.2.1.) objetiva identificar a importância relativa das mudanças nos preços e quantidades das exportações brasileiras ao longo do período, como descrito por Carvalho (2006), enquanto a segunda (3.2.2) visa analisar as modificações nas parcelas de mercado ocupadas pelos produtos brasileiros nas importações dos demais países conforme Cabral e Esteves (2006), que estudaram as exportações portuguesas de 1999 a 2005 com base nos principais mercados de destino

3.2.1. Estudos empíricos

Feistel e Abreu (2010) analisaram o fluxo de comércio da Região Sul, de 2002 a 2006, verificando em que medida a maior inserção comercial na economia brasileira, produziu impactos setoriais positivos nas exportações da região. Os autores constataram que a Região Sul apresentou uma composição setorial dos fluxos de exportação não-convergente com a mundial, embora a direção de comércio regional tenha apresentado resultados satisfatórios para quase todos seus estados.

Da mesma forma, Escolano e Cristóbal (2000) verificaram as mudanças nas relações comerciais entre a União Européia (UE) e os países da Europa Central e Ocidental (PECO) através da utilização de uma metodologia do tipo *Shift-Share* corrigido. Os autores observaram que o aumento das exportações da UE aos PECO se deve a ganhos de cota de mercado e não a uma mera expansão do mercado importador.

Esquivias e Solé (2008) analisaram a evolução das exportações da Catalunha e de mais 31 países no contexto mundial de 1995 a 2005 e observaram um crescimento das exportações da região pouco inferior à mundial, devido à alta concentração do mercado europeu que prejudica as exportações da Catalunha.

Outros estudos utilizam uma variação do método *Shift-Share* tradicional, o chamado *Constant Market Share* (CMS), no qual o comportamento das exportações é decomposto em quatro efeitos: o crescimento mundial do comércio, o crescimento da pauta de exportações, alterações na pauta de exportação e o efeito da competitividade. O modelo CMS revela o comportamento das exportações de um determinado país, especificando cada parcela relativa

do crescimento ou decréscimo das taxas de exportações, tornando possível à análise de quais *market-shares* ou parcelas de mercados mostraram-se mais ou menos dinâmicas.

Um exemplo de aplicação do CMS é a análise do comportamento das exportações da soja e seus derivados do Brasil e do Paraná no período de 1990 a 2004 realizado por Caldarelli et al. (2006). Os resultados mostraram que o complexo diversificou seus parceiros comerciais, houve desconcentração das exportações brasileiras e paranaenses, concentração do mercado exportador de soja e o conseqüente acirramento da concorrência internacional.

Carvalho (2006) aplicou o CMS aos dados do comércio exterior do Órgão das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) de 1991 a 2003 contribuindo com o debate sobre a desindustrialização no Brasil, que é atribuída à apreciação cambial decorrente do aumento das exportações agrícolas.

Puga et al. (2005) utilizaram o modelo CMS para identificar os determinantes do desempenho das exportações brasileiras para a China no período 1995-2002, no intuito de entender se o crescimento desse comércio foi resultado do dinamismo das importações chinesas ou do aumento da competitividade brasileira. Os autores encontram que, de 1995 a 2002, embora as exportações brasileiras tenham crescido 110%, elas deveriam ter aumentado 128% para que o país mantivesse inalterada a sua participação no mercado chinês. Entretanto, apesar da perda total, houve ganhos de competitividade principalmente na venda de soja em grãos.

3.2.2. Mudanças nos preços e quantidades exportadas

Seja X_{it} O valor total das exportações do país i em determinado período t ,

$$X_{it} = \sum_{j=1}^n P_{ijt} \cdot Q_{ijt} \quad (1)$$

onde: P_{ijt} = preço do produto j exportado pelo país i no período final t ;

Q_{ijt} = quantidade do produto j exportada pelo país i no período final t .

No período inicial (0) o valor total das exportações é obtido pela expressão (2).

$$X_{i0} = \sum_{j=1}^n P_{ij0} \cdot Q_{ij0} \quad (2)$$

O crescimento no valor exportado entre o período inicial e final (ΔX_i^0) é dado em (3).

$$\Delta X_i^0 = \sum_{j=1}^n P_{ijt} \cdot Q_{ijt} - \sum_{j=1}^n P_{ij0} \cdot Q_{ij0} \quad (3)$$

A mudança no valor depende das alterações no preço, no volume das exportações e na flexibilidade da pauta, efeitos que podem ser estimados pela expressão (4).

$$\Delta X_i^0 = (X_{it}^P - X_{i0}) + (X_{it}^Q - X_{i0}) + \left\{ X_{it} - \left[(X_{it}^P - X_{i0}) + (X_{it}^Q - X_{i0}) \right] \right\} \quad (4)$$

onde:

$$X_{it}^P = \sum_{i=1}^n P_{ijt} \cdot Q_{ijt}$$

$$X_{it}^Q = \sum_{j=1}^n P_{ij0} \cdot Q_{ijt}$$

$$(X_{it}^P - X_{i0}) = \text{efeito preço}$$

$$(X_{it}^Q - X_{i0}) = \text{efeito quantidade}$$

$$\left\{ X_{it} - \left[(X_{it}^P - X_{i0}) + (X_{it}^Q - X_{i0}) \right] \right\} = \text{efeito flexibilidade da pauta}$$

O efeito flexibilidade da pauta é obtido por resíduo e, quando apresenta sinal positivo significa que predominam produtos em que o preço varia na mesma direção da quantidade. Enquanto o sinal negativo indica predomínio de produtos cuja quantidade exportada cresce a despeito de queda no preço.

3.2.3. Modificações nas parcelas de mercado dos produtos brasileiros nas importações dos demais países

Considerando a amostra de 100 mercados individuais, a parcela de mercado total das exportações brasileiras (Q) pode ser expressa como:

$$Q = \frac{\sum_i \sum_j X_{ij}}{\sum_i \sum_j M_{ij}} = \sum_i \sum_j X_{ij} \frac{1}{\sum_i \sum_j M_{ij}} = \sum_i \sum_j Q_{ij} \frac{M_{ij}}{\sum_i \sum_j M_{ij}} \quad (5)$$

onde X_{ij} são as exportações brasileiras do produto i para o país j , M_{ij} são as importações do país j do produto i , e o quociente entre estas duas variáveis, Q_{ij} , corresponde à parcela de mercado das exportações brasileiras do produto i no país j .

A evolução percentual da parcela de mercado total das exportações é expressa em(6):

$$\frac{\Delta Q}{Q} = \underbrace{\sum_i \sum_j \frac{\Delta Q_{ij}}{Q_{ij}} \frac{X_{ij}}{\sum_i \sum_j X_{ij}}}_i + \underbrace{\sum_i \sum_j \Delta \frac{M_{ij}}{\sum_i \sum_j M_{ij}} \frac{Q_{ij}}{Q}}_{ii} + \underbrace{\sum_i \sum_j \frac{\Delta Q_{ij}}{Q} \Delta \frac{M_{ij}}{\sum_i \sum_j M_{ij}}}_{iii} \quad (6)$$

De acordo com (6), a taxa de crescimento da cota de mercado total pode ser decomposta em três termos:

(i) Efeito Cota de Mercado: A evolução da parcela em cada mercado individual ponderada pela importância relativa deste mercado no total de exportações brasileiras. Este termo é uma medida da competitividade externa, na medida em que resulta dos ganhos/perdas efetivos de parcela em cada mercado específico.

(ii) Efeito Estrutura Combinada: A evolução relativa de cada mercado de destino (definida como a variação do seu peso nas importações totais) ponderada pela importância relativa dessa parcela de mercado para o Brasil. Este efeito mede a parte da variação total da parcela de mercado que resulta da especialização geográfica (iia) e por produtos (iib) das exportações brasileiras. A parcela de mercado total é positivamente (negativamente) influenciada se o país estiver relativamente mais (menos) especializado em mercados com um crescimento acima (abaixo) da média. O indicador de especialização (Q_{ij}/Q) é dado pelo valor relativo entre a parcela em cada mercado individual e a parcela de mercado total, o que é equivalente a comparar o peso de cada mercado no total das exportações com o peso desse mesmo mercado na demanda externa total.

O Efeito Estrutura Combinada (ii) pode ainda ser decomposto em três termos, de forma a medir separadamente os efeitos estrutura geográfica e por produtos:

(iia) Efeito Estrutura Geográfica: mede a variação total da parcela de mercado explicada pela especialização geográfica das exportações brasileiras, conforme (7):

$$\sum_j \Delta \frac{M_j}{\sum_j M_j} \frac{Q_j}{Q}, \text{ onde } M_j = \sum_i M_{ij} \text{ e } Q_j = \frac{\sum_i X_{ij}}{M_j} \quad (7)$$

(iib) Efeito Estrutura por Produto: mede a variação total da parcela de mercado explicada pela especialização por produtos das exportações brasileiras, conforme (8):

$$\sum_i \Delta \frac{M_i}{\sum_i M_i} \frac{Q_i}{Q}, \text{ onde } M_i = \sum_j M_{ij} \text{ e } Q_i = \frac{\sum_j X_{ij}}{M_i} \quad (8)$$

(iic) Efeito Estrutura Mista – termo residual, que resulta do fato das estruturas geográfica e por produtos não serem independentes e, logo, a sua soma não iguala ao efeito estrutura combinada.

A distribuição setorial (geográfica) das exportações em cada mercado geográfico (produto) difere da distribuição setorial (geográfica) das exportações totais. A opção escolhida foi calcular este efeito de interação separadamente de forma a controlar a sua magnitude.

(iii) Efeito Residual – Um termo de variações cruzadas que assegura uma decomposição completa da variação total da parcela de mercado.

O método *Shift-Share*, tal como a metodologia de parcela de mercado constante ou *constant market share*, tem sido objeto de algumas críticas, quer quanto à ausência de fundamentos teóricos, não sendo considerado um método estatístico, quer quanto à sua aplicação empírica que não incorpora um componente dinâmico e, portanto, uma evolução das variáveis analisadas. No presente estudo, a seleção dos 100 mercados individuais baseou-se na sua importância nas exportações brasileiras. Neste sentido, considera-se a especialização das exportações como exógena, calculando os efeitos estrutura com base nos mercados relevantes, e ignorando os efeitos potenciais de uma eventual especialização em mercados com diferentes ritmos de crescimento (CABRAL, ESTEVES, 2006).

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A aplicação do modelo *Shift-Share* contribuiu para compreender as mudanças no valor das exportações brasileiras da amostra selecionada, através de uma comparação das taxas de variação nas médias dos triênios 1997-99 e 2007-09, decompondo tais taxas em diferentes efeitos: (4.1) preço, quantidade, flexibilidade da pauta e (4.2) efeitos cota de mercado e estrutura combinada que se divide em estrutura de mercado, estrutura por produto e estrutura mista e efeito residual.

4.1. Mudanças nos preços e quantidades exportadas

Os resultados mostraram que os 332,06% de crescimento das exportações brasileiras foram resultado principalmente do efeito quantidade elevado (231,51%), acompanhado pela alta dos preços (69,27%) e do efeito flexibilidade da pauta (31,26%). Este último efeito é obtido por resíduo e, quando positivo, indica a concentração em produtos cujos preços variam na mesma direção que as quantidades, corroborando a lei geral da oferta (Tabela 2).

A análise por país mostra que o crescimento das exportações brasileiras para a China foi devido a um aumento significativo das quantidades exportadas, que acompanharam a elevação dos preços, verificado pelo efeito flexibilidade da pauta positivo. No caso dos EUA e da Argentina, o efeito quantidade foi o principal componente do crescimento e o efeito

flexibilidade da pauta foi negativo, indicando que mesmo com uma queda do preço de alguns produtos, a quantidade exportada destes produtos para estes países se elevou no período. A Alemanha e os Países Baixos obtiveram efeito flexibilidade da pauta positivo, porém o efeito da elevação dos preços foi superior ao efeito do aumento da quantidade.

TABELA 2. Efeitos da variação média do valor das exportações brasileiras medido em dólar, 1997-99/2007-09 (Valores percentuais)

Efeitos	Exportações	China	EUA	Argentina	Países Baixos	Alemanha
Preço	69,27	93,08	129,79	134,46	57,64	59,27
Quantidade	231,51	940,49	163,96	203,16	50,48	40,94
Flex. da Pauta	31,26	1122,10	-10,77	-143,59	40,83	22,69
Total	332,06	2155,67	282,97	194,03	148,96	122,90

Fonte: MDIC (2011) e UN COMTRADE (2011).

4.2. Modificações nas parcelas de mercado dos produtos brasileiros

A Tabela 3 apresenta o Efeito Cota de Mercado, isto é, a variação da cota de mercado das exportações brasileiras nos cinco países selecionados, ponderada pela importância de cada mercado no total das exportações brasileiras.

O Efeito Cota de Mercado é considerado uma medida da competitividade externa e foi negativo para três dos cinco países analisados, o que significa que os produtos brasileiros têm perdido espaço nos mercados internacionais, quando ponderado pela importância relativa do mercado.

A maior perda é da parcela no mercado da Argentina (-15,76%), no mercado importador deste país. O único produto exportado pelo Brasil que não perdeu espaço foi “Óleos não brutos de petróleo ou minerais betuminosos”, que apresentou um crescimento de 0,16% no período. No caso da China, os produtos brasileiros elevaram sua participação em 3,89% no período, sendo importante o ganho de mercado de “Soja”, “Pastas químicas de madeira”, “Açúcar de Cana” e “Produtos semimanufaturados de ferros ou aços”.

O maior ganho de parcela de mercado foi das “Pastas químicas de madeira”, que ampliaram sua participação em 6,40% no período, no mercado dos Países Baixos. Já a maior perda num mercado específico, foi dos “Farelos e resíduos da extração de óleo de soja” também para os Países Baixos.

TABELA 3. Efeito Cota de Mercado, 1997/99-2007/09 (%)

Produto	China	EUA	Argentina	Países Baixos	Alemanha
Minérios de ferro	-0,53	-0,79	-4,08	-0,03	-1,30
Soja	1,37	-0,19	-0,12	-2,94	0,51
Óleos brutos de petróleo	-	-	-	-	-
Açúcar de cana	0,20	-0,13	-0,12	0,00	-
Farelos e resíduos: extração de óleo de soja	-2,25	-0,06	-0,06	-6,46	0,16
Pastas químicas de madeira	1,07	4,15	-0,32	6,40	-0,11
Milho em grãos	-	0,00	-0,01	0,42	-
Óleos não brutos de petróleo ou minerais betuminosos	0,00	-	0,16	-	-
Açúcar refinado	-0,04	0,01	-0,07	0,00	0,03
Óxidos e hidróxidos de alumínio	-0,03	-0,28	-0,69	-	-
Semimanufaturados de ferros ou aços	0,17	-3,76	-1,44	-0,03	0,10
Carne de frango	-0,01	0,00	-1,71	0,63	0,16
Ferro fundido bruto e ferro 'spiegel'	0,01	1,52	0,00	-0,04	-0,16
Minérios de alumínio	-	0,65	-0,03	0,00	0,01
Álcool etílico	0,01	0,83	0,00	0,17	0,00
Laminados planos de ferros ou aços	-0,06	0,54	-2,84	0,09	0,18
Caulim e outras argilas caulínicas	0,01	0,06	-0,04	0,03	-
Café cru em grão	0,00	2,37	-2,03	0,44	2,78
Minérios de manganês e seus concentrados	0,00	0,05	-0,05	0,00	-
Suco de laranja não congelado	-	-	-0,08	0,46	-
Total	3,89	-5,82	-15,76	0,95	-7,24

Fonte: MDIC (2011) e UN COMTRADE (2011).

Nota: Valores com (-) indicam que em um dos dois períodos as exportações brasileiras do produto para o país foram nulas ou tem participação insignificante na importação do produto pelo país.

Como pode ser verificado na Tabela 4, o Efeito estrutura Combinada foi positivo apenas para a China, o que aponta o fato de que as exportações brasileiras têm se especializado em mercados com um crescimento acima da média, neste país. As maiores contribuições são de “Ferro fundido bruto”, “Minérios de ferro” e “Soja”.

As maiores perdas foram observadas nas exportações para a Argentina, significando que neste país o Brasil se especializou em mercados que crescem abaixo da média, como é o caso, principalmente, da “Carne de Frango”, “Açúcar de Cana” e “Café cru em grão”.

Para uma análise mais completa, o Efeito Estrutura Combinada foi dividido em outros três, a fim de captar separadamente os efeitos da especialização geográfica e da especialização por produtos das exportações brasileiras, como apresentado nas Tabelas 5 e 6.

Como visto na Tabela 5, da variação total da cota de mercado das exportações brasileiras, a maior especialização em termos geográficos tem sido para os mercados da China (148,46%), o que mostra uma significativa concentração das exportações para este país, seguido pela Argentina (21,68%). Os EUA também apresentaram um crescimento, ainda que

modesto, de 0,10% e reduziu-se a especialização das exportações brasileiras nos mercados dos Países Baixos (-13,43%).

Tabela 4. Efeito Estrutura Combinada, 1997/99-2007/09 (%)

Produto	China	EUA	Argentina	Países Baixos	Alemanha
Minérios de ferro	1.491,15	-409,57	-1.850,06	-29,87	-350,39
Soja	999,72	-211,93	12,93	-1.290,97	-282,76
Óleos brutos de petróleo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Açúcar de cana	-40,80	-190,32	-27.525,89	-47,08	0,00
Farelos e resíduos da extração de óleo de soja	-506,89	-247,59	237.757,55	5.126,99	-261,57
Pastas químicas de madeira	20,34	-156,74	-799,00	-0,84	-35,88
Milho em grãos	0,00	-19,66	-428,27	-27,22	0,00
Óleos não brutos de petróleo ou minerais betuminosos	21,89	0,00	285,11	0,00	0,00
Açúcar refinado	-41,98	110,54	-3.348,72	-55,26	-0,10
Óxidos e hidróxidos de alumínio	0,31	-33,59	-581,11	0,00	0,00
Semimanufaturados de ferros ou aços	-4,89	-355,05	-3.946,24	-17,04	-18,00
Carne de frango	-5,86	299,93	-5.956,30	-127,78	-78,29
Ferro fundido bruto e ferro 'spiegel'	6.171,99	-426,27	14.338,12	-154,35	-15,09
Minérios de alumínio	0,00	-171,44	-475,65	13,61	-9,44
Álcool etílico	-104,63	7,07	22,03	1.469,75	0,58
Laminados planos de ferros ou aços	-2,67	-44,96	-1.733,43	-0,09	-3,91
Caulim e outras argilas caulínicas	-21,65	-49,21	-1.106,98	-261,12	0,00
Café cru em grão	0,25	-245,29	-4.653,17	-343,34	-342,67
Minérios de manganês e seus concentrados	312,18	-13,59	-2.750,86	-53,27	0,00
Suco de laranja não congelado	0,00	0,00	-4.411,63	15,32	0,00
Total	156,73	-3,87	-836,96	-62,81	-27,82

Fonte: MDIC (2011) e UN COMTRADE (2011).

Tabela 5. Efeito Estrutura Geográfica, 1997/99-2007/09 (%)

Países	Efeito
China	148,46
EUA	0,10
Argentina	21,68
Países Baixos	-13,43
Alemanha	7,17

Fonte: MDIC (2011) e UN COMTRADE (2011).

O Efeito Estrutura por produto, decomposto em separado na Tabela 6, mostra que as perdas de cotas de mercado dos produtos brasileiros têm sido significantes, como já foi percebido na análise do Efeito Cota de Mercado. Dos 20 produtos analisados, apenas “Óxidos

e hidróxidos de alumínio” e “café em grãos” apresentaram ganhos de especialização, enquanto as maiores perdas são dos “Óleos de petróleo, brutos e não brutos”, seguidos pelo “Álcool etílico”.

Tabela 6. Efeito Estrutura por Produto, 1997/99-2007/09 (%)

Produtos	Classificação	
Minérios de ferro	Básico	-10.487,57
Soja	Básico	-4.476,24
Óleos brutos de petróleo	Básico	-1.966.372,24
Açúcar de cana	Semimanufaturado	-57,07
Farelos e resíduos da extração de óleo de soja	Básico	-281,85
Pastas químicas de madeira	Semimanufaturado	-1.105,41
Milho em grãos	Básico	-3.033,55
Óleos não brutos de petróleo ou min. betuminosos	Manufaturado	-2.215.393,01
Açúcar refinado	Manufaturado	-947,18
Óxidos e hidróxidos de alumínio	Manufaturado	74,69
Semimanufaturados de ferros ou aços	Semimanufaturado	-179,51
Carne de frango	Básico	-222,45
Ferro fundido bruto e ferro 'spiegel'	Semimanufaturado	-1.939,23
Minérios de alumínio	Básico	-1.317,09
Álcool etílico	Manufaturado	-154.172,29
Laminados planos de ferros ou aços	Manufaturado	-108,80
Caulim e outras argilas caulínicas	Básico	-714,57
Café cru em grão	Básico	-85,06
Minérios de manganês e seus concentrados	Básico	-19.670,01
Suco de laranja não congelado	Manufaturado	-54.164,78

Fonte: MDIC (2011) e UN COMTRADE (2011).

A classificação dos produtos nas três classes de acordo com o grau de transformação por que passam, permite verificar que produtos de todas as classes tem perdido cotas de mercado, não sendo possível qualificar as perdas de cota em função do tipo de produto.

5. CONCLUSÕES

O objetivo do trabalho foi analisar as mudanças ocorridas nas exportações brasileiras entre os anos de 1997 e 2009, buscando compreender tais alterações em termo de fluxo das exportações e composição da pauta exportada. Foram consideradas questões como a importância da China nas exportações brasileiras, país que passou a ser o principal mercado de destino destas, bem como a possível reprimarização da pauta de exportações.

Em síntese, os resultados confirmam a ascensão da China como principal mercado de absorção dos produtos brasileiros, sendo a evolução das vendas para este país cerca de 10 vezes superior ao aumento das exportações para os EUA, que até 2009 ocupavam o primeiro lugar entre os compradores. Deve-se ressaltar ainda o ganho de competitividade dos produtos brasileiros para a China, mercado com potencialidades de crescimento, em que os produtos brasileiros encontram taxas de crescimento superiores à média. Tais ganhos foram mais significativos entre os produtos básicos, tais como minérios e grãos.

Outra constatação é a da perda de competitividade dos produtos brasileiros nos mercados analisados, sendo significativa a perda de mercado na Argentina, país que historicamente é um importante parceiro comercial do Brasil e importante comprador dos manufaturados brasileiros. Fato relevante é o de que os principais produtos brasileiros vendidos para a Argentina têm encontrado um mercado que cresce a taxas inferiores à média, assim tanto a perda de competitividade no mercado quanto as baixas taxas de crescimento deste podem ter reflexos no comércio exterior brasileiro.

Em alguns pontos os resultados mostram-se em convergência com os estudos de Prates (2007) e Barbosa e Tepassê (2009), como por exemplo, o fato de que o aumento dos preços teve um impacto positivo na elevação do volume exportado, muito provavelmente pela subida dos preços das *commodities*, porém o efeito quantidade foi mais importante.

A contribuição para a discussão da reprimarização da pauta de exportações brasileiras e a possível ocorrência de uma ‘doença holandesa’ é pequena e pouco conclusiva, uma vez que se constatou perda de competitividade dos produtos brasileiros nos mercados analisados, à exceção da China. Não sendo possível identificar se os produtos básicos têm realmente ganho mais espaço do que aqueles com maior fator agregado, o que poderia gerar efeitos na produção industrial brasileira. O que se pode afirmar é que o mercado chinês tem se tornado fundamental para o comércio exterior brasileiro e esta concentração das vendas para o país asiático pode trazer diversas consequências. Como visto, os produtos brasileiros que mais ganham mercado na China são *commodities*, de baixo valor agregado, o que pode gerar déficits na balança comercial do Brasil em relação à China e prejudicar a indústria brasileira.

Outro ponto é que a importância da China nos mercados brasileiros não se resume às compras diretas efetuadas pelo país, há uma influência indireta, seja pelos países em que o Brasil tem perdido mercado, entre outros motivos, pela concorrência chinesa ou ainda pelos produtos que a China demanda de outros países e tem o poder de influenciar no aumento dos preços destes, melhorando a situação brasileira.

Pode-se ainda dizer que enquanto as exportações brasileiras se concentrarem em poucos setores produtivos, como o agropecuário e o extrativo-mineral, será preocupante a especialização do Brasil em produtos básicos, uma vez que isto pode gerar oscilações nas taxas de crescimento, dada a volatilidade dos preços desses produtos.

Assim, o que deve ser revisto é a política industrial brasileira para que os produtos nacionais possam competir nos mercados internacionais e os exportadores não tenham que reduzir a produção e gerar menos empregos, considerando-se que produtos com maior fator agregado têm em média cadeias produtivas maiores, mais valor agregado e mais tecnologia embutidas. A diversificação da pauta de exportações deve vir acompanhada de melhorias estruturais e investimento em capital humano.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Base de dados 2009**. Disponível em: <<http://web.worldbank.org/>> Acesso em: Outubro de 2010.

BARBOSA, A. de F.; TEPASSÊ, A. C. O Ciclo da economia global e as relações comerciais entre Brasil e China. In: ALTEMANI, H. (Org.). **China e Índia na América Latina - Oportunidades e Desafios**. Curitiba: Juruá, 2009.

BELLO, T. da S. **O comércio externo brasileiro e o gaúcho e o Plano Real**. Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 295-330, ago. 2004.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Maldição dos recursos naturais**. Folha de S. Paulo, São Paulo, Junho de 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0606200505.htm>>. Acesso em: Outubro de 2010.

CABRAL, S.; ESTEVES, P. S. **Quotas de mercado das exportações portuguesas: uma análise nos principais mercados de exportação**. Boletim Econômico do Banco de Portugal, verão de 2006. Disponível em: <http://ftp.infoeuropaeurocid.pt/databas_e/000037_001-000038000/000037179.pdf> Acesso em: Outubro de 2010.

CALDARELLI, C. E. ; CAMARA, M. R. G.; SEREIA, V. J. . A Evolução das Exportações e da Competitividade do Complexo Soja no Brasil e no Paraná: 1990 - 2004. In: XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2006, Fortaleza. Anais do XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2006.

CANUTO, Otaviano; XAVIER, Clésio. L. **Padrões de Especialização e competitividade no Comércio exterior**: uma análise estrutural-diferencial. Textos para discussão IE/UNICAMP, Campinas, v.35, n.86, p.3-21 set 1999.

CARVALHO, M. A. **Exportações agrícolas e desindustrialização: uma contribuição ao debate**. In: Anais do XLIV Congresso de Economia e Sociologia Rural. Fortaleza, 23 a 27 de Julho de 2006. Disponível: <http://www.sober.org.br/palestra/5/219.pdf>. Acesso: Setembro 2010.

CASTRO, A. B. de, **From semi-stagnation to growth in a Sino-Centric Market**, In: Brazilian Journal of Political Economy, v. 28, n. 1 (109), janeiro-março de 2008.

COUTINHO, L.; HIRATUKA, C.; LAPLANE, M. (Orgs.). **Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil**. São Paulo: UNESP; Campinas, SP: Instituto de Economia da Unicamp, 2003.

ESCOLANO, V. A.; CRISTÓBAL, J. V. B. **Efectos explicativos de las exportaciones de la UE a los países de Europa Central y Oriental: metodología y primeros resultados**. Boletín Económico de ICE, n. 786, Julho a Agosto de 2000. Disponível em: <http://www.revistasice.info/cmsrevistasICE/pdfs/ICE_786_183-190__4EF2A6C43BD75F F2FF70B0B076E655F.pdf> Acesso em: Outubro de 2010.

ESQUIVIAS, C. S.; SOLÉ, A. M. **Evolución de la exportación catalana y composición de su crecimiento 1995-2005**. Boletín Económico de ICE, n. 2952, 11 a 20 de novembro de 2008. Disponível em: <http://www.Revistasice.com/cmsrevistasICE/pdfs/BICE_2952_47-60__7BA0EE9212C9965696A4D7E81A9C33AD.pdf> Acesso em: Outubro de 2010.

FEISTEL, P. R.; ABREU, M. P. **Composição das exportações dos estados da região sul do Brasil: uma aplicação do método shift-share**. In: Anais do VIII ENABER. Juiz de Fora, Setembro de 2010.

GONÇALVES, R. et al. **A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

_____. **O Brasil e o comércio internacional**. São Paulo: Contexto, 2003.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). **Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior via Internet (ALICE-Web)** da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), 2010. Disponível em: <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>. Acesso em: Novembro de 2010.

NAKAHODO, S. N.; JANK, M. S. **A falácia da “doença holandesa” no Brasil**. (Documento de pesquisa). São Paulo: ICONE, 2006. Disponível em: <<http://iepecdg.com.br/uploads/artigos/Doenca%20HOLANDESA%20FINAL%206MAR%20-%20final-27032006.pdf>> Acesso em: Outubro de 2010.

NASSIF, A. **Há evidências de desindustrialização no Brasil?** Brazilian Journal of Political Economy, vol. 28, nº 1 (109), pp. 72-96, January-March/2008.

OMC – Organização Mundial de Comércio. **Base de dados 2008**. Disponível em: <<http://www.wto.org/>>. Acesso em: Setembro de 2010.

PALMA, J. G. **Quatro fontes de “desindustrialização” e um novo conceito de “doença holandesa”**. In: Seminário internacional de industrialização, desindustrialização e desenvolvimento. São Paulo: FIESP; IEDI, 2005. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/download/publicacoes_economia/jose_gabriel_palma.pdf>. Acesso em: Outubro de 2010.

PRATES, D. M. **A alta recente dos preços das commodities**. Revista de Economia Política, vol. 27, nº 3 (107), pp. 323-344, julho-setembro/2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v27n3/v27n3a01.pdf>>. Acesso em: Outubro de 2010.

PREBISCH, R. **Interpretação do Processo de Desenvolvimento Econômico.** In: Revista Brasileira de Economia, ano 5, nº 1, março de 1951.

PUGA, F. P.; CASTRO, L. B. de; FERREIRA, F. M. R.; NASCIMENTO, M.M. **O comércio Brasil-China: Situação atual e potencialidades de crescimento.** Rio de Janeiro: BNDES, 2005. (Texto para discussão, 104). Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/td/td-104.pdf>>. Acesso em: Novembro de 2010.

SAMPAIO, D. P.; PEREIRA, V. V. **Doença holandesa no Brasil: Uma sugestão de análise conceitual comparada.** In: Anais do XIV Encontro Nacional de Economia Política. São Paulo, junho de 2009.

SOUZA, C. R. S. de. **O Brasil pegou a doença holandesa?** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-18122009-092539/publico/Cristiano_Ricardo_Siqueira_Souza.pdf>. Acesso Março de 2011.

TAVARES, M. da C.; BELLUZZO, L. G. A mundialização do capital e a expansão do poder americano. In: FIORI, J. L. (org.). **O poder americano.** Petrópolis: Vozes, 2005.

TEPASSÊ, A. C.; CARVALHO, C. E. **Efeitos da ascensão da China sobre as exportações brasileiras para EUA e América Latina.** Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigo/2145_6d345b8a73b6ea21ba2292962820a75b.pdf> Acesso em: Outubro de 2010.

UN COMTRADE - **United Nations Commodity Trade Statistics Database.** Disponível em: <<http://data.un.org/Explorer.aspx?d=ComTrade>>. Acesso em: Março de 2011.

WCO - **World Customs Organization.** Disponível em: <http://www.wcoomd.org/hsharmoznizedsystem.htm>> Acesso em: Novembro de 2010.